

Resolução n. 01/2018

(Aprovada pela Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular em 27/03/2018)

Dispõe sobre a organização do processo e o detalhamento dos procedimentos da consulta direta à população e dá outras providências.

A Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do art. 1º da Lei n. 11.179, de 25 de junho de 1998, e alterações, regulamentada pelo Decreto nº 52.471, de 23 de julho de 2015, e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. No ano de 2018, o processo da consulta direta à população – Consulta Popular, de que trata a Lei n. 11.179, de 25 de junho de 1998, será organizado na forma da Lei, do regulamento e desta Resolução.

Art. 2º. O processo da Consulta Popular será desenvolvido em seis etapas, nos meses de abril a setembro de 2018.

Art. 3º. Na primeira etapa serão realizadas 28 Assembleias Públicas Regionais, uma em cada região de Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), com a finalidade de desencadear formalmente o processo da Consulta Popular.

§ 1º O Poder Executivo divulgará a realidade financeira e orçamentária do Estado, os programas de interesse do governo, as diretrizes orientadoras para a elaboração do orçamento e apresentará um caderno de diretrizes para o desenvolvimento do processo.

§ 2º O Caderno de Diretrizes será elaborado com base nos Programas e Ações do PPA vigentes, compatibilizados pelos COREDEs, com a carteira de projetos apresentada no planejamento estratégico de cada região.

§ 3º Os COREDEs apresentarão a sua visão de desenvolvimento da região e a carteira de projetos do seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional – PED.

§ 4º Os Coredes que identificarem lacunas na sua carteira de projetos do Planejamento Estratégico, poderão apresentá-las para deliberação na Assembleia Regional Ampliada, 3ª etapa, e ato contínuo formalizá-las junto ao Departamento de Planejamento da SPGG, podendo assim, estes novos projetos, integrar a cédula de votação da Consulta Popular;

§ 5º Para coordenar o processo da Consulta Popular, em cada região de COREDE será constituída a Comissão Regional de que trata o art. 5º do Decreto nº 52.471, de 23 de

julho de 2015, a qual será composta por nove integrantes, sendo até três representantes do Estado, três do COREDE respectivo e três cidadãos, sem vínculo com o Estado e/ou diretoria do COREDE, eleitos na Assembléia Pública Regional respectiva.

Art. 4º Na segunda etapa serão realizadas Assembléias Públicas Municipais, presenciais, convocadas pelos COMUDES e pela Comissão Regional, e serão abertas a todo cidadão com domicílio no município.

§1º As Comissões Regionais e os COMUDES serão responsáveis pela execução do processo da Consulta Popular no respectivo município.

§ 2º Os participantes escolherão delegados, durante a assembleia, na proporção de um para cada 30 pessoas presentes, e em caso de fração igual ou superior a 15, elege-se mais um delegado.

§ 3º A verificação de quórum para escolha de delegados será feita no momento da eleição dos mesmos.

§ 4º O quórum mínimo para validar uma Assembléia Pública Municipal será de 30 pessoas.

§ 5º A Assembléia Pública Municipal escolherá até cinco Projetos constantes no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, dentre aqueles compatíveis com os Programas e Ações do PPA vigente.

§ 6º As Assembléias Públicas Municipais terão duração máxima de 2h30min.

§ 7º As Assembléias Públicas Municipais realizadas sem a observância das disposições deste artigo não serão homologadas pela comissão regional.

§ 8º Excepcionalmente, e desde que autorizado pela Comissão Regional, poderão ser realizadas Assembléias Públicas Microrregionais, agregando dois ou mais COMUDES, em substituição às respectivas Assembléias Públicas Municipais.

Art. 5º Na terceira etapa serão realizados 28 Assembléias Regionais Ampliadas, uma por região de COREDE.

§ 1º As Assembléias Regionais Ampliadas serão constituídas pela Comissão Regional, pela Assembléia do COREDE e pelos delegados eleitos nas Assembléias Públicas Municipais, sendo que cada integrante terá direito a um voto.

§ 2º A partir dos Projetos escolhidos nas Assembléias Públicas Municipais a Assembléia Regional Ampliada estabelecerá quais farão parte da cédula de votação na etapa seguinte, em número de no mínimo seis e no máximo 10, sem valor alocado.

§ 3º Os Projetos relacionados para integrar a cédula deverão ser compatíveis com os Programas e Ações do PPA Estadual e serão submetidos à análise de viabilidade por uma comissão técnica da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG):

- a) a Comissão Regional deverá encaminhar para a SPGG, através do e-mail consultapopular@spgg.rs.gov.br, em até dois dias úteis após a realização da respectiva Assembléia Regional Ampliada os projetos escolhidos para integrar a cédula regional;
- b) a SPGG se manifestará sobre a viabilidade técnica dos programas em até dois dias úteis após o recebimento das mesmas.
- c) a SPGG providenciará o devido cadastramento dos Projetos no sistema de votação, podendo delegar a tarefa de cadastramento aos COREDEs, em caso de viabilidade técnica.

Art. 6º Na quarta etapa será realizada a votação das prioridades, com a finalidade de inclusão de projetos regionais no orçamento do Estado do exercício de 2019.

§ 1º A votação será realizada em todo o território estadual, nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2018;

§ 2º A votação será realizada somente em meio eletrônico, nas modalidades on-line, off-line e via mensagem de texto - SMS.

- a. A votação na modalidade on-line será através do site www.consultapopular.rs.gov.br,
- b. A votação na modalidade off-line se dará através de aplicativo próprio para dispositivos móveis, desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS.
- c. Para a votação na modalidade via SMS, a SPGG, através da PROCERGS, disponibilizará o canal adequado.

§ 3º O cidadão poderá votar somente uma única vez, considerados todos os meios de votação, sob pena de incorrer em ilícito, sujeitando-se às sanções da lei.

§ 4º O cidadão poderá votar em apenas um projeto dentre os incluídos na cédula de votação.

§ 5º A organização e a operação da votação estarão a cargo dos COMUDEs, supervisionada pela Coordenação Regional.

Art. 7º Na votação através de aplicativo off-line, o título de eleitor, acompanhado de documento de identidade com foto, são os documentos que comprovam a habilitação para participar do processo.

Parágrafo único. Estão habilitados os cidadãos com domicílio eleitoral na região geográfica do COREDE correspondente.

Art. 8º A Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular definirá, juntamente com a área técnica da PROCERGS, o modelo de cédula a ser utilizada nas votações on-line e off-line.

Art. 9º A Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular informará, em até 10 dias antes da votação, os procedimentos referentes à votação em meio eletrônico, dispositivos móveis e SMS.

Art. 10 Cada Comissão Regional repassará à Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular, no mínimo cinco dias úteis antes da votação, a listagem de aparelhos e operadores a serem habilitados para a votação off-line.

Parágrafo único - A SPGG poderá delegar aos COREDEs a tarefa de cadastramento das urnas no sistema próprio de votação, caso haja viabilidade técnica.

Art. 11 As Comissões Regionais e os COMUDEs estimularão a participação das Prefeituras Municipais, das Câmaras Municipais e de entidades da sociedade civil nas diversas etapas do processo da Consulta Popular para elaboração do orçamento anual de 2019.

Art. 12 O sistema de votação on-line estará disponível para uso a partir das 7h do dia 26 de junho de 2018 até 23h59min, do dia 28 de junho de 2018.

Art. 13 O sistema de votação off-line e via SMS estará disponível para uso a partir das 7h do dia 26 de junho de 2018 até às 23h59min do dia 27 de junho de 2018.

Parágrafo único. Os dados da votação off-line deverão ser transmitidos para a PROCERGS até às 18h do dia 28 de junho de 2018.

Art. 14 A PROCERGS disponibilizará link no site www.consultapopular.rs.gov.br para o voto por meio eletrônico.

I) para o acesso ao ambiente de votação o cidadão precisará informar o número do seu título de eleitor;

II) nos dias de votação poderão ser disponibilizados, pelas Coordenações Regionais e pelos COMUDEs, em locais públicos, computadores com acesso à internet, sendo

garantido que o ato de votar seja individual e intransferível, e obrigatoriamente deverá ser registrada a participação do eleitor em uma lista de presença, com assinatura do mesmo.

III) Fica expressamente proibida a coleta de assinaturas em listas para posterior registro de voto, bem como a utilização de títulos de terceiros;

IV) a Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular, com o apoio da PROCERGS, fará o controle da votação on-line.

Parágrafo único. O sistema de votação conterá um link direcionando ao site do TRE ou TSE, para eventual consulta ao número do título eleitoral.

Art. 15 Os resultados da votação por meio eletrônico serão apurados no sistema de votação desenvolvido pela PROCERGS, através do qual a Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular tomará conhecimento dos resultados.

Art. 16 Serão considerados eleitos no máximo 05 Projetos que obtiverem maior número de votos, dentro do valor disponível para cada região.

§ 1º Os percentuais de recursos destinados a cada um dos Projetos eleitos, e o número de projetos a ser eleitos deverão ser definidos na primeira ou na terceira etapas do processo, reguladas, respectivamente, nos Arts. 3º e 5º desta Resolução.

§ 2º Os percentuais previstos no § 1º deste artigo deverão ser fixos.

§ 3º caso a região opte por eleger até três projetos o número mínimo de projetos disponíveis na cédula devera ser de no mínimo seis;

§ 4º caso a região opte por eleger mais de três projetos o número de projetos disponíveis na cédula devera ser de 10;

§ 5º A Coordenação Regional deverá oficiar à SPGG, antes da realização do dia de votação, a escolha dos critérios, instruído com a ata da respectiva assembléia, devidamente digitalizada, através do e-mail consultapopular@spgg.rs.gov.br.

Art. 17 Estarão aptos a receber os recursos referentes aos Projetos eleitos os municípios que atingirem no mínimo os seguintes percentuais de votação:

- a) municípios com até 10.000 eleitores, 6%;
- b) municípios entre 10.001 e 40.000 eleitores, 5%;
- c) municípios entre 40.001 e 80.000 eleitores, 4%;

d) municípios entre 80.001 e 120.000 eleitores, 3%; e

e) municípios com mais de 120.000 eleitores, 1,5 %.

Parágrafo único. No caso de os valores apurados na forma dos itens "b", "c", "d" e "e" serem menores que o valor apurado no último município da faixa imediatamente antecedente, deve-se considerar como ponto de corte o valor apurado neste município.

Art. 18 Após o ponto de corte referente ao Art. 17 desta Resolução estarão aptos a receber os recursos referentes aos projetos eleitos os municípios que atingirem os seguintes percentuais de **votos no respectivo projeto** em âmbito regional:

a) municípios com até 10.000 eleitores, 0,75%;

b) municípios entre 10.001 e 40.000 eleitores, 1,5%;

c) municípios entre 40.001 e 80.000 eleitores, 2%;

d) municípios entre 80.001 e 120.000 eleitores, 2,5%; e

e) municípios com mais de 120.000 eleitores, 3%.

Art. 19 A quinta etapa consistirá na consolidação e detalhamento dos Projetos eleitos, no mês de julho, através de reuniões regionais com os técnicos dos órgãos executores das demandas eleitas.

§ 1º A classificação dos municípios, dentro dos critérios dos Arts. 17 e 18 desta resolução não garante o recebimento de recursos, que serão alocados na etapa prevista no caput, através de proposta apresentada pela Secretaria Estadual respectiva ao programa classificado, e/ou por critério construído nesta etapa;

§ 2º Caso os projetos eleitos sejam de caráter regional e que demandem sede regional, os mesmos serão detalhados nesta etapa.

Art. 20 A sexta etapa consistirá da avaliação final do processo, no mês agosto.

Art. 21 À Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular incumbe a realização do exame final, a homologação dos resultados e o encaminhamento à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, em até sete dias úteis após a realização da votação, para fins de inclusão no Orçamento Estadual de 2019.

Porto Alegre, 27 de março de 2018.

Carlos Antônio Búrigo
Presidente da Comissão